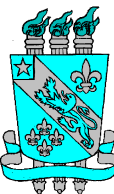




CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEC

2019



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA – TIPO 08

CARGO: PROFESSOR DE 2º CICLO – ANOS FINAIS DO ENSINO

FUNDAMENTAL, DO 6º AO 9º ANO – HISTÓRIA

DATA: 15/12/2019 – HORÁRIO: das 8h30min às 12h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o seguinte material:
 - a) Este caderno (**TIPO 08**) com 50 questões objetivas sem falha ou repetição.
 - b) Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da Prova. *Verifique se o tipo de caderno (TIPO 08) é o mesmo que consta no seu Cartão-Resposta.*

OBS: Para realizar sua Prova, use apenas o material mencionado acima e, em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço apropriado do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA para não dobrar, amassar ou manchar, pois ele é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das Provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a esse respeito.
10. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura.
12. O tempo de duração para esta Prova é de **4 (quatro) horas**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se definitivamente da sala de Prova depois de **3h (três horas)** do início desta.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta. Destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	

CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC - 2019
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da Prova.



CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEC – 2019



N ° D E I N S C R I Ç Ã O							



HISTÓRIA

01.

O papel da teoria da História na formação do historiador, como se deve ter percebido, é fundamental, e convém ainda considerar que há também uma história envolvida no crescimento da valorização da Teoria pelos historiadores. O crescente descrédito da história exclusivamente narrativa, em favor de uma história analítica, reflexiva, problematizadora – o que se acentua notadamente a partir do século XX – contribuiu certamente para que a Teoria ocupasse cada vez mais um lugar privilegiado na História elaborada pelos historiadores profissionais.

(BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, v.1, p.98-99).

Entre os historiadores é cada vez mais consensual a ideia de que é a Teoria que dará um lastro essencial ao historiador em formação, de modo que se construa uma História

- a) factual, notadamente descritiva, fetichizadora do documento e que caberia ao historiador apenas desvelar.
- b) reconstruída a partir do presente, de acordo com um problema e orientada por hipóteses, sem envolvimento com a subjetividade do historiador.
- c) fundamentada na concepção de que os fatos históricos são construídos pela introdução de um sentido na objetividade e de escolhas que são anteriores à observação que integra a pesquisa histórica.
- d) circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível, resultando de um lugar do “dizer”, livre de interdições.
- e) refratária às possibilidades de desvio em relação às construções formais presentes, fazendo surgir um sentido na aplicação dos modelos sócio econômico, demográfico e sociológicos da documentação utilizada para a pesquisa histórica.

02.

Em um contexto histórico tão desfavorável, a criação da história por Heródoto no século V representou uma verdadeira *revolução cultural*. Em vez de evitar a mudança, o tempo, o historiador decidiu abordá-la. O historiador optou pelo sublunar, pela temporalidade, que, para ele, é o verdadeiro lugar da inteligibilidade da vida humana. Essa foi uma atitude inaugural, original, uma ruptura com a tradição mítica e filosófica. “Os homens no tempo”, os homens em sua vida particular e pública, com seus nomes, iniciativas e valores, experiências e esperanças, em sua finitude, em sua historicidade [...]

(REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.11).

Eis a convicção de Heródoto e dos historiadores que vieram depois dele: “a História é uma ciência das ações humanas no tempo. Mas, a concepção de tempo histórico, também, possui sua historicidade, e o historiador dos *Annales* é uma evidência desse fenômeno, pois

- a) a sua perspectiva de tempo histórico é de contemplação do que é eterno, imutável, singular e cognoscível. Desenvolve uma abordagem que privilegia o progresso, como resultado natural da evolução humana.
- b) no século XX, após a aproximação entre Ciências Sociais e História, desenvolveu uma abordagem do tempo, que é genética, sucessiva e ideográfica, com a finalidade de alcançar o absoluto através da razão e do destino das coisas.
- c) promoveu uma revolução epistemológica no conceito de tempo histórico, com uma representação desse fenômeno que se dá ao conceito, é exterior ao sujeito e mostra-se capaz de orientar a proposição, a partir de considerações teleológicas da história.
- d) trabalha com uma noção de “tempo histórico do qual se fala”, em que “agir e conhecer” são atividades diferentes: a dos estruturalistas, da simultaneidade entre passado/presente/futuro, em que as ações humanas adquirem continuidade dialética.
- e) defende uma visão especulativa e revolucionária do tempo histórico, orientadora de um movimento em direção ao progresso, promovido pela racionalidade do devir histórico que alcança o absoluto através da razão e do destino das coisas.



03.

O Nilo não forneceu apenas água confiável, mas também excelentes depósitos aluviais e fertilização. Por volta de 5.000 a. C, os caçadores paleolíticos das planícies se transformaram em agricultores neolíticos e pastores do vale e do delta, formando a economia agrícola do Egito histórico. Faltou completar a conquista da terra pantanosa e começar o aproveitamento do rio com diques, barragens, reservatórios e canais. É aí que a história do Estado egípcio se encontra com a da cultura produzida por ele.

(JOHNSON, Paul. *História ilustrada do antigo Egito*. Rio de Janeiro: EDIURO, 2002, p.12)

A relação entre a economia de base agrícola e a necessidade de organizar o trabalho coletivo para a construção de grandes obras agrícolas, no Egito, contribuiu para

- a) a divisão do território em duas regiões distintas: a região vermelha, mais cultivável e habitável, e a região negra, deserta e menos favorável à habitação. Em função de sua maior fertilidade, a região vermelha tornou-se área de maior concentração de mão de obra.
- b) o surgimento de uma organização da economia dependente dos ritmos sazonais do rio Nilo, não modificada pela combinação entre divisão social do trabalho e melhoria do nível técnico de produção.
- c) o desenvolvimento de um modelo político no qual o Estado teocrático agia como importante organizador da mão de obra, otimizando a utilização dos recursos naturais e promovendo o desenvolvimento de uma economia de base agrícola.
- d) a formação de um Estado teocrático, marcado internamente pelo aumento de status e autoridade dos sacerdotes régios e dos militares, o que dificultava a organização e distribuição da produção econômica.
- e) desenvolvimento de uma noção cíclica do tempo, que refletia o ritmo das cheias e vazantes do rio Nilo e o envolvimento dos egípcios na elaboração de meios técnicos que previram e monitoraram as inundações e o posterior aproveitamento das terras fertilizadas.

04.

Não podemos opor *a priori* uma Roma monolítica, de pura essência ariana, a uma Grécia impregnada de pensamento oriental. Se os Indo-Europeus impuseram sua língua ao Lácio, enquanto os Etruscos conservavam até o início do Império seu antigo dialeto pelágico, em outros aspectos, particularmente em matéria de crenças e ritos, e mesmo de política e de organização social, a velha comunidade mediterrânica marcava de forma indelével a herança da cidade que ia nascer.

(GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa/Portugal: Edições 70, p.16).

A influência inicial dos gregos sobre a civilização romana deu-se como

- a) um efeito do processo de expansão do mundo romano que, ao realizar a anexação da Europa Oriental contribuiu para a inserção da Grécia entre seus domínios, promovendo a helenização da cultura romana.
- b) uma consequência do desenvolvimento das correntes comerciais e de incursões militares emanadas da Grécia e ilhas do litoral grego sobre a península Itálica, entre o início da República romana e a ocorrência da primeira diáspora grega.
- c) um desdobramento da concessão de títulos de cidadania romana a muitos provinciais, realizada por Otávio (Séc. I a.C), elevando algumas regiões à categoria de “Estados Clientes”. A Grécia era o principal “Estado Cliente” de Roma, e exercia influência cultural sobre o Império.
- d) o resultado das alianças militares e comerciais estabelecidas entre os gregos e os dominadores etruscos de Roma, durante o período monárquico (século VIII a. C.). Após a vitória sobre Cartago, Roma foi submetida a um longo período de hegemonia grega.
- e) uma consequência da segunda diáspora grega, ocorrida no final do período homérico (séc. VIII a. C.), que levou à irradiação dos gregos pelo Mar Negro e sul da Península Itálica, tornou um dos povos formadores da civilização romana.



05.

A história da Grécia e de Roma é testemunha e exemplo da estreita relação que há entre as ideias da inteligência humana e o estado social de um povo. Observai as instituições dos antigos, sem atentar para suas crenças; achá-las-eis obscuras, bizarras, inexplicáveis. Por que havia patrícios e plebeus, patrões e clientes, eupátridas e tetas, e de onde vêm as diferenças nativas e indelévels que encontramos entre essas classes? Que significam essas instituições lacedemonianas, que nos parecem tão contrárias à natureza? [...].

Disponível: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books>. Acesso em 09/11/2019.

O historiador francês Numa Denis Fustel de Coulanges, na obra acima, analisa a formação e o desenvolvimento das cidades antigas, ressaltando aspectos das civilizações grega e romana, como

- a) a composição política de Esparta, afirmando ser essa constituída de uma Diarquia, em que ambos monarcas desempenhavam, concomitantemente, a função militar; a formação da magistratura romana constituída pelo conjunto de funcionários indicados pelos cônsules.
- b) o notável desenvolvimento cultural e artístico alcançados pelos gregos e a impossibilidade que mostraram os romanos de absorver as contribuições culturais dos diferentes povos que integraram o imenso império.
- c) a pujança econômica da Grécia antiga que dependeu do trabalho escravo; de Roma, tratou sobre as atividades produtivas relacionadas aos plebeus, base da formação econômica desse império.
- d) as crenças e as leis que orientavam a organização das famílias gregas e das romanas, oriundas de religiões primitivas, responsáveis por estabelecer instituições como o casamento, autoridade paterna, linhas de parentesco e os direitos de propriedade e de sucessão.
- e) as experiências escravistas de Grécia e Roma, cujos trabalhadores receberam de ambas as civilizações atenção especial, pois esses trabalhadores formavam a base do trabalho urbano e representavam nas atividades comerciais uma mão de obra importante.

06.

A partir dos anos 1220, as referências a costumes territoriais tornam-se cada vez mais numerosas nas fontes provenientes da chancelaria real. Essa origem evidencia que o príncipe, admitindo o costume, fazendo-se ser dito e transcrito, busca de maneira direta ou indireta afirmar seu poder sobre o território em que o costume se impõe. É pelo reconhecimento do costume territorial que o próprio território passa às mãos do rei, senhor da legislação.

(LE GOFF, Jacques e SCHIMIDT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v.1, p.347)

O fragmento de texto faz referência à segunda metade do período medieval, momento em que

- a) ocorreu uma retração das forças políticas centrífugas que marcaram os séculos anteriores, acompanhada de um gradual processo de burocratização do direito e centralização do poder político.
- b) ocorreu uma retração das forças políticas centrífugas, acentuando-se uma tendência já verificada desde a queda do Império Romano no ocidente, no século V.
- c) o poder dos senhores feudais e a importância dos feudos, como principais unidades de produção, aumentaram com o desenvolvimento do comércio e da vida urbana.
- d) a importância das cidades, verificada durante a Alta Idade Média (sécs. V a X), cedeu lugar a um crescente processo de ruralização social e conseqüente necessidade de formalização das leis para melhor disciplinarização dos sujeitos.
- e) o reconhecimento do Direito Consuetudinário, como base do ordenamento social, refletia a forte pressão exercida pelos senhores feudais sobre os monarcas, de maneira a desacelerar a anterior tendência à centralização do poder político.

07.

De fato, no século XII as escolas se fixam, se organizam, se corporativizam, dando origem às universidades. Na verdade, *universitas* designava qualquer comunidade ou associação, com o termo passando a ser usado exclusivamente para uma corporação de professores e alunos apenas a partir de fins do século XIV.

(FRANCO JR., Hilário. *Idade Média: o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.117)



O surgimento das universidades no Ocidente, no período destacado no texto, é explicado

- a) pela persistência de um modelo de sociedade rural e de economia senhorial, o que demandava a organização de espaços de formação cultural dos filhos da nobreza e da burguesia em processo de ascensão.
- b) pelo impacto de transformações resultantes do avanço do comércio e da vida urbana, contribuindo para maior complexificação da sociedade e a demanda por maior número de sujeitos com formação intelectual.
- c) pela necessidade de formação de mão de obra capacitada para o enfrentamento da crise alimentar e financeira da Baixa Idade Média, bem como das novas questões geradas pela vida urbana em processo de desenvolvimento.
- d) pelo desenvolvimento de uma noção corporativista de sociedade, que contribuiu para uma organização da mesma, segundo um modelo de menor divisão social do trabalho, gerando a demanda por especialização da mão de obra.
- e) pela resistência orquestrada pela Igreja, sob a forma de uma instituição corporativista secular ao feudo-aburguesamento da sociedade, verificado na Baixa Idade Média, desestabilizador da concepção orgânica das relações sociais.

08.

Por que foi entre os dispersos e relativamente pouco adiantados habitantes das partes ocidentais da massa terrestre da Eurásia que ocorreu um processo incessante de desenvolvimento econômico e inovação tecnológica que faria dessa região o líder mundial e militar do mundo? É uma pergunta que tem estimulado os estudiosos e observadores há séculos.

(KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989, p.26)

O texto faz referência ao excepcionalismo europeu, caracterizado pela superação de inúmeras dificuldades até a conversão da Europa em principal centro irradiador do processo civilizatório. Estão entre as principais dificuldades enfrentadas pela Europa, para atingir o seu excepcionalismo histórico,

- a) a persistência de uma sociedade altamente clericalizada; a presença de um Estado fortemente centralizado e um regime político teocrático.
- b) o clima quente e seco, que desfavoreceu o povoamento; a ausência de grandes planícies que pudessem facilitar o deslocamento de tropas para conquista militar.
- c) a ausência de portos naturais que pudessem facilitar a navegação de longa distância; a centralização do poder político que estimulava a formação de um Estado empreendedor;
- d) a fragmentação do poder político, que impedia a formação de um Estado empreendedor; a ausência de áreas fluviais amplas e férteis.
- e) as rivalidades internas provocadas pelo grande desenvolvimento comercial, que promoveu disputas entre os diferentes países do continente, antes da expansão marítima europeia.

09.

Que o teu trabalho seja perfeito para que, mesmo depois da tua morte, ele permaneça.

(Leonardo da Vinci) (Disponível em <http://www.fernandomachado.blog.br>. Acesso 10/11/2019)

Entre as características do Renascimento Cultural, a frase de Leonardo da Vinci suscita

- a) o antropocentrismo, definindo a valorização do homem como ser racional e como a mais bela e perfeita obra da natureza.
- b) o hedonismo, compreendido como valorização dos prazeres sensoriais, carnis e materiais, contrapondo-se a ideia medieval de sofrimento e resignação.
- c) o evolucionismo, que valoriza a razão humana como base do conhecimento e o saber como fruto da observação e da experiência das leis que governam o mundo;
- d) o humanismo, que enfatizou a dignidade e independência do espírito humano, como resultado de uma ordem previamente estabelecida pela ancestralidade.
- e) o universalismo, que prega o conhecimento sobre todas as coisas e explica o surgimento de artistas que também eram cientistas e filósofos



10.

A base da nova teologia de Lutero, e da crise espiritual que a precipitou, residia em sua concepção da natureza humana. Lutero vivia obcecado pela ideia da completa indignidade da natureza humana. Para um psicólogo de nosso tempo, isso pode evidenciar uma crise particularmente grave de identidade, uma “crise de integridade” na qual o padecente vem a descrever por completo do valor de sua própria existência (Erikson, 1958, p.254). Os biógrafos mais convencionais de Lutero, porém, se contentaram em explicar esse fato como “o enfrentamento de uma espécie de catolicismo contra outra, do agostinismo contra o tomismo (Bainton, 1953a, p.36). Essa convicção de Lutero levou-o a rejeitar a ideia otimista de um homem apto a intuir e seguir as leis de Deus – concepção essa essencial para os tomistas - e a retornar à insistência com que, séculos antes, Santo Agostinho tratara, com não pouco pessimismo, da natureza decaída do homem.

(SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 285-286).

A proximidade do pensamento de Martinho Lutero com a teologia agostiniana trouxe implicações para a relação que o luteranismo manteve com o pensamento político de sua época. Tais implicações podem ser percebidas

- a) na discordância entre a concepção de natureza humana defendida por Lutero e a concepção de homem presente no pensamento de Jean-Jacques Rousseau, o que não impede que ambos se aproximem na concepção da relação que o indivíduo deve desenvolver com o Estado.
- b) na concordância entre a concepção de homem presente na obra luterana e a concepção de natureza humana presente no pensamento de John Locke, onde ambos constroem o entendimento de que, sendo o homem decaído por natureza, cabe ao Estado promover sua reeducação integral.
- c) na ideia de que uma servidão humana ao pecado, que não permite vislumbrar nenhuma esperança na relação entre o homem e Deus, autorizaria a atribuição ao Estado de um poder absoluto sobre a sociedade. Tal percepção aproxima a teologia luterana da filosofia política hobbesiana.
- d) no compromisso explícito entre uma concepção individualista de homem, presente em Lutero, e a defesa do direito à desobediência civil como um princípio fundamental, a ser acionado pela sociedade nas situações em que se verifica o abuso de poder da autoridade, segundo a fórmula descrita por Henri David Thoreau.
- e) na concepção de que, não estando ao alcance do homem a sondagem da natureza e da vontade divinas, os mandamentos de Deus diferem dos mandamentos do Estado. Esse pensamento aproxima Martinho Lutero de Nicolau Maquiavel na defesa da separação entre a lógica dos negócios políticos e a moral religiosa.

11.

[...]. Do Estado moderno, ‘da geração’, nas palavras de Hobbes, ‘daquele grande Leviatã, ou antes daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa’, ousaria dizer, concluindo, que os italianos o criaram, os franceses e ingleses o desenvolveram e aos alemães restou o consolo de o interpretarem.

(FLORENZANO, Modesto. *Sobre as Origens e o Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente*. p.37. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>. Acesso em 06/11/2019.)

No processo de formação do Estado Moderno,

- a) as concepções políticas que lhes deram fundamento apareceram em obras absolutistas de autores como Nicolau Maquiavel, Barão de Montesquieu, Thomas Hobbes e Jean Bodin.
- b) a filosofia das luzes apresentou reforço às ideias presentes no absolutismo monárquico, fundamento da formação do Estado moderno.
- c) os teóricos John Locke, Denis Diderot, D’Alembert, Voltaire e Rousseau reforçaram os ideias absolutistas do Estado moderno.
- d) as bases foram dadas pelas transformações socioeconômicas e culturais, que tiveram como núcleo fundamental o desenvolvimento das atividades comerciais.
- e) a centralização do poder foi afirmando-se no absolutismo monárquico, com o rei identificado como o Estado, tendo como instituição basilar desse processo o parlamento.



12.

Trecho I

Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz da Nossa Senhora da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, com cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão 129 fazendas de gados, em que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. [...].

(CARVALHO, Pe. Miguel de. *Descrição do Sertão do Piauí*. Teresina: IHGPI, 1993.p.14)

Trecho II

[...]. Dasquelas 129 fazendas de gado e que se refere o Padre Carvalho, umas são administradas pelos próprios donos em sítios que arrendam a dez mil réis de foro cada um a Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, esta, no momento, representante dos Ávila. Outras (e entre estas, algumas eram de Mafrense) são administradas por vaqueiros [...].

(NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007, p, 100. v.1)

Com a leitura desses textos, conclui-se que

- predominou a presença de fazendeiros no processo de conquista e ocupação do Piauí, sendo o vaqueiro um elemento secundário.
- as fazendas de gado foram primordiais na ocupação do solo piauiense, tendo a mão de obra escrava indígena predominado na administração desse processo.
- o processo de povoamento do Piauí teve nas fazendas de gado o seu núcleo central e no vaqueiro o seu elemento primordial.
- a relação entre ambos os trechos permite concluir que tanto o elemento indígena, quanto o trabalho escravo negro foram primordiais na administração das primeiras fazendas de gado.
- a instalação das fazendas de gado estiveram condicionadas pela existência de núcleos populacionais e a facilidade de rios, riachos e outros cursos de águas.

13.

[...]. A Igreja recomendava aos pais batizar seus filhos assim que possível. O batismo de crianças livres ou escravas era ministrado por párocos ou capelães, sem delongas, para garantir aos inocentes que morressem a chance de ir direto ao Céu sem passar pelo Purgatório. Escravos adultos eram batizados em ritos extremamente sumários e, na maior parte, coletivos. Na intimidade, a preocupação com o crescimento dos filhos era recorrente. Testamentos feitos entre os séculos XVII e XVIII registram instantâneos de como se concebia a criação da prole: aos machos devia se ensinar a ler, escrever e contar. Às fêmeas, coser, lavar e os bons costumes; ambos deviam sempre 'apartar-se do mal e chegar-se ao bem [...].

(PRIORE, Mary Del. *Ritos da vida privada*. p.276-330. In: SOUZA, Laura de Mello. (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 311).

A privacidade na colônia era realizada mediante diversos ritos cotidianos que

- seguiram as orientações da metrópole, a exemplo do respeito às tradições da Igreja Católica, que, ao estabelecer o batismo do escravo e sua posterior aceitação da fé, dotava-o de condições diferenciadas no universo colonial.
- estão evidenciados no papel atribuído à mulher nesse ambiente, tida como responsável pelo controle do lar, educação dos filhos e auxiliar do cônjuge nas questões de interesse público.
- permitiam aos habitantes da colônia, independente de sexo ou condição jurídica, aprender a ler, escrever e a contar, além de desenvolver bons costumes como rezar antes das refeições, toda manhã e à noite.
- pontuavam o curso regular das coisas cotidianas, o fundo permanente de pequenos e grandes acontecimentos diários, produzindo o tecido mesmo de existência humana daquela sociedade colonial.
- colocavam o batismo como um sacramento que protegia a criança colonial do universo do mal, ou seja, no caso de morte ela era guiada direta ao céu, rito frequente apenas em áreas da grande lavoura.



14.

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as coisas e outras às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nestas terras andam as coisas trocadas, porque toda ela não é republica, sendo-o cada casa.

(SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Livro I, cap.II, p.42-3, NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.14).

As condições de privacidade na colônia eram marcadas

- a) pela ausência de empecilhos à sua constituição, haja vista a preocupação das autoridades portuguesas em estabelecer, por decreto, uma clara distinção entre esfera pública e esfera privada.
- b) por uma absorção da esfera privada pela esfera pública, em decorrência da baixa expressividade que os núcleos familiares possuíam no processo de produção e circulação de bens.
- c) pela grande diversidade quanto às suas formas de manifestação, tendo em vista a proliferação dos espaços públicos de sociabilidades, em detrimento dos espaços privados de convivência.
- d) por uma absorção da esfera pública pela esfera privada, como resultado da política de estatização dos espaços de satisfação das necessidades do consumo privado de bens e serviços.
- e) pela imbricação entre as esferas do público e do privado, que contribuía para a atribuição de funções de utilidade pública à esfera privada, nos arranjos de sociabilidades desenvolvidos entre os diferentes sujeitos.

15.

[...]. A história da família de elite no Piauí Colonial apresenta estreita relação com a luta pela hegemonia do poder travada a partir das primeiras décadas do século XVIII. Esta relação entre as estruturas familiares e de poder decorreu da contemporaneidade existente entre o processo de formação das famílias e o da estrutura político-administrativa da Capitania do Piauí. Contudo, além desta concomitância, a profunda correlação entre os referidos processos foi determinada pela coincidência dos interesses políticos da Metrópole e dos grupos que formaram a base local da estrutura de poder no Piauí. [...].

(BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: FCMC, 1995.p.290).

A abordagem da historiadora Tanya Brandão sobre a formação da elite colonial no Piauí evidencia que

- a) as lutas familiares foram importantes na consolidação do poder, porém esses atritos provocaram o abandono das propriedades por seus senhores, facilitando o maior controle da capitania pela metrópole.
- b) a influência política das elites foi determinada pela união estabelecida entre os grupos de famílias, que se fortaleceram por laços de parentesco, casamentos e fidelidades, orientando o processo de organização administrativa da capitania.
- c) na formação do poder colonial piauiense, a estruturação de extensas famílias fragilizou a elite local, ao promover uma pulverização da parentela, que enfraquecia a centralização do núcleo familiar.
- d) desde o início da colonização, a formação da elite colonial piauiense ajustou-se ao domínio metropolitano, pois os condicionantes internos favoreceram o controle dos poderes locais pela Coroa.
- e) a formação do poder familiar colonial é posterior ao processo de organização político-administrativa da capitania. Portanto, não se constituiu como elemento dificultador do controle da colônia pela metrópole.

16.

Móbil, instável, e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade desedimentar laços primários. E note-se que essa *dispersão* decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo *plantation*.

(NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. IN: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.21)

A relação mencionada no texto resulta

- a) da interiorização do processo de ocupação do território colonial, estimulada pela economia açucareira, que motivou o desenvolvimento de intensas redes internas de trocas comerciais.
- b) da homogênea distribuição da população na área litorânea, possibilitada pelo cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento das demais regiões do interior do território colonial.



- c) de um quadro econômico no qual a adoção da mão de obra escrava de origem africana contribuiu para um esvaziamento demográfico do território, na medida em que desestimulou fluxos migratórios.
- d) da distribuição irregular da população pelo território colonial, em função da tendência à maior concentração demográfica nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, que representava uma atividade capaz de reproduzir-se multissecularmente.
- e) do caráter não itinerante da ocupação, já que o cultivo da cana-de-açúcar não apresentava natureza predatória, mas estimulava uma rede de relações comerciais que se expandia por todo o território colonial.

17.

A diversidade foi a principal característica do comércio na América Portuguesa o que gerou um amplo espectro de tipos de comerciantes, de atividades e de estabelecimentos. Os comerciantes compunham, portanto, uma camada heterogênea [...].

(VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia Ferreira. *Comerciantes, tratantes e mascates*. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: 2000, p.95)

Um fator que explica a diversidade da camada dos comerciantes na América Portuguesa está associado

- a) à intensidade das atividades de troca entre a colônia e diversas outras regiões da América e Europa, motivadas pelo Pacto Colonial.
- b) ao circuito de trocas internas, geralmente praticadas de forma ilegal, que contribuía para integrar diferentes regiões da colônia.
- c) ao processo de integração territorial da colônia, propiciado pelas medidas desenvolvimentistas adotadas pela metrópole no século XVII.
- d) às medidas administrativas de estímulo à produção e ao comércio na colônia, adotadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII.
- e) ao impacto positivo, exercido pelas revoluções atlânticas do século XVIII, sobre as atividades de trocas praticadas no interior da colônia.

18.

Depois que a experiência lhes mostrou, pela maneira menos equívoca, a insuficiência do governo federativo que atualmente existe, eis que são chamados a deliberar sobre uma nova Constituição para os Estados Unidos da América. A simples exposição do assunto é o argumento da suma importância: trata-se da existência de nossa União, da segurança e prosperidade dos Estados que a compõem, da sorte de um império, em certo modo, o mais interessante que existe no universo.

(HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J. *O federalista*. Belo Horizonte; Ed. Líder, 2003, p.13).

O fragmento de texto, bem como seus autores e a obra de onde foi retirado, integram o contexto

- a) de reestruturação do Estado e reorganização do governo dos Estados Unidos, após a Guerra de Secessão (1861-1865).
- b) de debates em torno do texto constitucional dos Estados Unidos da América, após a Independência das treze colônias.
- c) dos debates sobre o regime republicano, em que federalistas e antifederalistas defenderam a ocupação da representação popular, por homens de habilidades políticas superiores.
- d) de aprovação da segunda constituição dos Estados Unidos, após a guerra hispano-americana, ocorrida em 1891.
- e) de revisão do texto constitucional dos Estados Unidos, sob a influência da ideia do “destino manifesto”, após a guerra travada com o México pelo controle sobre o Texas (1846-1848).



19.

A transformação dos Direitos do Homem nos direitos dos sans-culottes foi o ponto de inflexão não só da Revolução Francesa como de todas as revoluções que se seguiram. Isso se deve em não pequena medida ao fato de que Karl Marx, o maior teórico das revoluções de todos os tempos, estava muito mais interessado na história do que na política e, portanto, deixou praticamente de lado as intenções originais das revoluções, a instauração da liberdade e concentrou a atenção de forma quase exclusiva no curso aparentemente objetivo dos acontecimentos revolucionários. Em outras palavras, levou mais de meio século para que a transformação dos Direitos do Homem nos direitos dos sans-culottes, a renúncia à liberdade perante os ditames das necessidades, encontrasse o seu teórico.

(ARENDRT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p.94-95)

Para Hannah Arendt, a concepção de revolução em Karl Marx orientou-lhe a interpretação

- a) de que a Revolução Francesa realizou plenamente o seu projeto inicial, ao colocar as liberdades como demanda mais urgente.
- b) a respeito do processo revolucionário na França do século XVIII, em sua fase mais radical, em que as demandas por igualdade social foram substituídas pelo plano jurídico-político.
- c) sobre o equívoco do movimento francês, que privilegiou a superestrutura jurídico-política em detrimento das demandas por igualdade social.
- d) de que a inserção da questão jurídico-política na Revolução Francesa inspirou o teórico a justificar a violência na explicação sobre o curso e os meios empregados nas revoluções.
- e) de que, em sua leitura sobre a Revolução Francesa, mesmo na sua fase mais dura, rejeitou o uso da violência como meio de resolução da questão social.

20.

Apresenta-se às vezes a Revolução como um confronto entre os discípulos de Montesquieu e os de Rousseau, geralmente para concluir que a influência de Rousseau sobrepuja a de Montesquieu.

(FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p.789)

Uma reflexão em torno das obras dos dois filósofos iluministas citados quanto à influência nos rumos da Revolução Francesa, demonstra que

- a) as ideias de Montesquieu revelam-se na preocupação voluntarista, expressa pelos jacobinos, em extrair as instituições revolucionárias unicamente de princípios sobre o “dever-ser” da sociedade. Rousseau, por sua vez se faz presente na projeção, pelos Girondinos, de um modelo de Estado preocupado principalmente com a limitação dos poderes institucionais.
- b) os jacobinos, aproximando-se do pensamento de Rousseau, promoveram o elogio da liberdade comercial como principal fator de resolução dos preconceitos políticos. Os Girondinos, partidários do pensamento de Montesquieu, mantiveram-se fiéis à ideia de uma república baseada no princípio da soberania popular.
- c) a “República Jacobina” representou o apogeu da influência de Rousseau e caracterizou-se pela preocupação com o desaparecimento do Estado com a supressão das instituições de policiamento e controle social. Montesquieu exerceu influência sobre o discurso reivindicativo dos direitos dos pobres, característico de personagens como o abade Sieyès.
- d) o pensamento de Montesquieu alinhou-se entre os defensores de um Estado forte, em tese responsável pela purificação social, ao promover a identificação e eliminação de ideias e sujeitos contrarrevolucionários. Rousseau inspirou o debate que tende a ver oposição entre virtudes republicanas e o desenvolvimento das práticas comerciais.
- e) o pensamento de Montesquieu se fez presente na Revolução Francesa, nas posições favoráveis à divisão de poderes como instrumento de contenção do despotismo estatal. Rousseau influenciou a ideia do predomínio de um corpo legislativo, representante da soberania popular, sobre o poder executivo.



21.

[...]. A Revolução Francesa não pode ser compreendida se não for considerada como uma gigantesca empresa política. Assim sendo, os grupos ou facções a que hoje damos o nome de partidos tiveram (e têm) enorme importância em sua história. [...]. A razão é simples: a tendência dominante é considerar a composição das forças políticas desencadeadas pela revolução e, ao mesmo tempo, desencadeadoras do processo, a partir somente da oposição de dois grandes grupos – um favorável, outro contrário a uma entidade não menos difusa batizada de Antigo Regime. [...].

(MICELI, Paulo. *As revoluções burguesas*. 17 ed. São Paulo: Atual Editora, 1994.p.87)

A Revolução Francesa, processo descrito no excerto acima, trouxe como efeito

- a) a ampliação dos privilégios do clero e perda do poder da nobreza, estabelecendo outros tipos de privilégios, a exemplo do voto censitário para esses dois grupos.
- b) a redução da autoridade dos militares, que passaram a ser responsabilizados pela onda de violência, insegurança e crise econômica que envolveu a França do período.
- c) a formação de duas grandes forças políticas: os girondinos e os jacobinos. A primeira com posições moderadas; a segunda com uma postura dependente de suas demandas imediatas.
- d) uma modificação na organização da sociedade, com as ordens sociais cedendo lugar às classes sociais e ocorrendo a universalização legal dos direitos e das liberdades individuais.
- e) o desprezo ao papel da planície, que representava a burguesia financeira, e que representava com suas posições e conveniências a defesa do poder da Monarquia.

22.

[...]. O fim do século XVIII é um dos raros momentos revolucionários da História. Ele configurou a sociedade, a política, a economia e o próprio homem da Idade Contemporânea, com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. [...].

(IGLÉSIAS, Francisco. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. Coleção Tudo é História v. 11. p.47).

A Revolução Industrial foi um acontecimento importante para a humanidade, por ter sido responsável por grandes transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho. Essas transformações

- a) contribuíram diretamente para o processo de urbanização das cidades modernas, sem afetarem significativamente a estrutura produtiva do campo, que se manteve fechada às mudanças de modernização das práticas de produção.
- b) ampliaram a exploração humana, gerando conflitos entre trabalhadores e patrões em todo o mundo capitalista, que vêm sendo remediados por uma legislação liberal capaz de eliminar os enfiamentos sociais.
- c) estimularam o desenvolvimento do campo, que precisou passar por adaptações para suportar o grande contingente de pessoas que migraram para essas regiões, atraídas pelas facilidades de trabalho produzidas pela mecanização da lavoura.
- d) permitiram às sociedades humanas tornarem-se capazes de multiplicar a produção e distribuição de mercadorias e a oferta de serviços, favorecidos pela acumulação de capitais.
- e) promoveram uma nova configuração das classes sociais, levando em consideração as demandas produzidas pelos diferentes setores da sociedade capitalista, contribuindo para a produção de uma sociedade igualitária.

23.

Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. Prevendo que a independência do Brasil seria apenas um questão de tempo, é opinião de abalizados historiadores que o governo português planejara ficar com uma parte para ele, isto é, o norte, recriando o Estado do Maranhão que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí.

(MONSENHOR CHAVES, *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p. 266)



No processo de independência do Brasil, o domínio do território piauiense era estratégico, pois

- sua posição geográfica favorecia a navegação do norte para Portugal, reduzindo o tempo de viagem em relação à saída pelo Pará ou Pernambuco. Porém, a rota encontrava obstáculos nos ventos contrários e/ou nas calmarias das viagens por mar para a Europa.
- tinha uma comunicação direta por terra com o Ceará, a Bahia e com Pernambuco, onde os movimentos de independência estavam muito fortes. Sendo o Piauí um fornecedor de carnes, para essas Províncias, dominá-lo era estratégico para contenção dos grupos rebeldes.
- em Parnaíba existia uma fábrica de pólvora, produzida de contrabando, que poderia ser utilizada para abastecer a resistência do norte, caso fosse necessário o enfrentamento do movimento pró-independência nessa parte do Brasil.
- a província estava tranquila, sem a penetração de ecos do que acontecia lá fora. A população letrada defendia fortemente a Constituição portuguesa, sem ocorrência de fatos subversivos.
- as rendas nacionais da Província, obtidas nas exportações do algodão, couro de sola, carne verde e frutos do mar representavam grande numerário para a Coroa, pois, sendo cobradas de forma rigorosa, davam-lhe uma renda líquida correspondente a 80% do rendimento bruto.

24.

Sentimento capaz de explicar comportamentos coletivos, o medo de revoltas marcou a primeira metade do século XIX. O acúmulo de frustrações com a emancipação criou uma reação no corpo social. Miséria, fome, fisco, falta de liberdade, concorrência com os “alfacinhas”, tudo se misturou num caldeirão de sangue e fogo, e, entre a abdicação de d. Pedro I e a maioria de d. Pedro II, conflitos violentos sacudiram o país.

(DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente do Brasil: Império*. São Paulo: LEYA, 2018, p.27)

Entre os conflitos ocorridos no intervalo de tempo mencionado no texto, merecem destaque

- a Cabanagem (1835-1840), ocorrida na Bahia e que tinha como principal objetivo a conquista da independência da província, e a Balaiada (1838-1841) ocorrida no Maranhão, motivada, entre outros fatores, pela insatisfação popular diante dos desmandos políticos dos grandes fazendeiros da região.
- a Guerra dos Farrapos (1835-1845), ocorrida no Rio Grande do Sul e motivada pela reação de pequenos fazendeiros à política fiscal do governo imperial, e a Cabanada (1832-1835), ocorrida no Pará, que tinha como objetivo principal a conquista da independência do Grão-Pará.
- a Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão e motivada pelos conflitos entre as facções dos Cabanos e dos Bem te vis, grupos que desconsideravam os problemas das camadas populares, e a Sabinada (1837-1838), ocorrida na Província da Bahia e motivada pela revolta de populares contra o recrutamento obrigatório.
- a Guerra dos Farrapos (1835-1848), ocorrida no Rio Grande do Sul e motivada pela insatisfação dos grandes proprietários rurais com a abdicação de D. Pedro I, e a Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão e que tinha como principal finalidade a independência da Província do Grão-Pará e Maranhão.
- a Cabanada (1832-1835), ocorrida no Pará e motivada pela insatisfação dos grandes proprietários de terras com a cobrança de altos impostos sobre o comércio do algodão, e a Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul (1835-1848) e liderada por monarquistas contra o movimento republicano local.

25.

Quadro 1: Distribuição étnica no Brasil (século XVI – XIX)

Etnias – cores/tempo histórico e porcentagem	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20	30	20	12	2
Negros brasileiros	-	20	21	19	13
Mulatos	-	10	19	34	42
Branco brasileiros	-	5	10	17	24
Europeus	30	25	22	14	17
Índios integrados	50	10	8	4	2

Fonte: MUSSA, Alberto Baeta Neves. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991, p.163.



A análise do quadro da distribuição étnica no Brasil Imperial, demonstra que

- a) a população de africanos, negros brasileiros e índios integrados diminuiu no período do Império, enquanto o número de mulatos e brancos brasileiros aumentou.
- b) não ocorreram alterações, em porcentagem, das populações étnicas, no período do Império.
- c) a presença da etnia negra no Brasil do século XIX permaneceu inalterada, evidenciando a pouca eficácia das leis abolicionistas do período.
- d) no Império predominaram os grupos étnicos europeus e negros africanos, na composição da população brasileira.
- e) as populações de brancos brasileiros e de índios integrados mantiveram-se sem alterações durante o Império.

26.

Em 1808, como consequência da invasão francesa a Portugal, chega a família real ao Brasil. D. João, o príncipe regente, sua mãe, D. Maria, e ainda fidalgos, oficiais, clérigos, açafatas, que os acompanham nessa desdita que marca o fim do período colonial. A capital do vice-reino terá de absorver todo esse “povo” e acomodar várias secretarias [...]. Como manter essa corte e a ampliação do aparelho burocrático com a penúria do tesouro real ?

(SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. IN : DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.163)

As soluções encontradas pela administração para o problema da escassez de recursos necessários à manutenção da corte no Brasil foram

- a) a liberação de vultosas somas de empréstimos em dinheiro, pela Inglaterra, ao Estado português e a intensificação do monopólio da metrópole sobre as atividades de produção e comércio praticados no Brasil.
- b) o incremento da infraestrutura portuária, adaptando-a ao oferecimento de melhores condições para a navegação de cabotagem, tendo em vista a ampliação da circulação de navios em decorrência da recente medida de abertura comercial.
- c) o acirramento da cobrança de impostos sobre a atividade mineradora e a implementação das “fazendas reais”, que, na prática, representaram uma estatização das fazendas de gado em regiões como o Piauí, após a expulsão dos jesuítas.
- d) o estímulo ao desenvolvimento da atividade industrial em território brasileiro, associado ao incentivo à vinda de imigrantes que pudessem compor, no mesmo território, um mercado consumidor capaz de sustentar a sanha tributária da corte.
- e) além das ações relativas à maior captação de impostos e permissão de livre comércio de bens coloniais não estancados, os administradores portugueses lançaram mão do pedido de auxílio às despesas do Estado, recompensados com a nobilitação dos doadores locais.

27.

A série de reformas liberais implementadas pela Regência, visando enfraquecer antigos pilares do Primeiro Reinado, teve justamente como um de seus principais focos o aparelho repressivo. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi a criação, em 18 de agosto de 1831, da Guarda Nacional.

(BASILE, Marcelo Otavio. O império brasileiro: panorama político. IN: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.225)

A Guarda Nacional, no contexto de debates e disputas políticas do Império brasileiro, cumpriu uma função

- a) centralizadora, em decorrência de sua subordinação ao alto comando do exército brasileiro e à sua natureza de milícia cidadã.
- b) descentralizadora e resultante das desconfianças dos liberais, opositores de D. Pedro I, em relação ao exército.
- c) de substituir o exército brasileiro, temporariamente extinto entre 1830 e 1841, mas isso não significou grandes alterações no centralismo político do Império.
- d) de existência paralela ao exército, tendo sido seu decreto de criação, em 1831, apenas o reconhecimento expresso de suas funções.
- e) de milícia cidadã, baseada em instituição similar norte-americana, também fundada em 1831.



28.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, “civilidade”.

(HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 146-47)

A noção de “homem cordial” e o impacto de sua conduta no plano social e político levam à conclusão de que

- a) não significando traço de civilidade, a cordialidade brasileira representa uma projeção ideológica que oculta a desigualdade e a violência das relações sociais e políticas.
- b) o homem cordial representa um modelo ideal de sujeito, que contribui para definir, no cenário político brasileiro, a virtude pública da impessoalidade.
- c) o homem cordial pode ser visto como o resultado de uma formação social marcada pelo predomínio da esfera pública e pelo primado das relações pessoais.
- d) a definição apresentada por Sergio Buarque de Holanda para o homem cordial entra em contradição com a dimensão violenta da política, bem como com as relações sociais no Brasil.
- e) as raízes do homem cordial vicejam na estabilidade do espaço público brasileiro, que admite tanto a moderação do comportamento como a adoção de regras impessoais.

29.

Tanto o episódio de Canudos quanto o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a hegemonia e vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “a qualquer custo.”

(SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil: República – da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 27)

Os objetivos pretendidos pelas revoltas de Canudos, da Vacina e pelo discurso modernizador da República mostram que

- a) ambas as revoltas retrataram os objetivos de um projeto de expansão do discurso republicano modernizador, exigindo investimentos estatais na ampliação de serviços coletivos.
- b) tendo sido de caráter pró-republicano, as revoltas de Canudos e da Vacina alinharam-se com uma ala mais radical do movimento, o qual questionava os limites impostos pelas elites ao novo regime e defendia uma república pautada na ampla promoção dos direitos sociais.
- c) antirrepublicanas, as revoltas de Canudos e da Vacina foram motivadas pela reação de grupos urbanos ao processo de expansão da influência da empresa ferroviária Brazil Railway Company, respectivamente nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.
- d) antirrepublicanas, as revoltas da Vacina e de Canudos representaram reações aos projetos de gestão social abstratos, absorvidos de modelos europeus e que se caracterizavam, principalmente, por iniciativas de modernização autoritária das grandes cidades do Brasil.
- e) Canudos e a Revolta da Vacina representaram formas populares de reações a um modelo de república que se revelou incapaz de contemplar, homoganeamente, as populações rurais e urbanas.

30.

O decreto inicial daqueles que chegaram ao poder em 1930 trazia diferenças e continuidades importantes em relação ao primeiro decreto republicano de 1889. A principal diferença estava na reorganização dos poderes, a começar da assinatura. Quem decretava era “o chefe do governo provisório”, portanto o “depositário unipessoal” do poder, na terminologia de Campos Sales. As instituições foram organizadas em torno desse comando pessoal.

(CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Estação Brasil: 2017, p.525)



Entre as medidas adotadas, após a Revolução de 1930, com a finalidade de garantir maior centralização do poder destaca-se

- a) a extinção das unidades federativas mais resistentes ao novo regime que se instaurava, com a incorporação de seu território por unidades federativas vizinhas.
- b) a completa revogação da Constituição de 1891, inclusive nos pontos que não contrastassem com o decreto.
- c) a extinção da forma federativa de organização do país, com instalação de uma ditadura nos moldes positivistas na qual cabia à União todo o poder de legislar e executar.
- d) a publicação de decreto que abolia os poderes legislativos em todas as instâncias, desde as Câmaras Municipais até o Congresso Nacional.
- e) a publicação do primeiro Código Administrativo Brasileiro, que, já em seu capítulo primeiro, concedia amplos poderes a interventores municipais ou estaduais.

31.

[...]. A Grande Guerra também provocou profundas alterações na economia, na sociedade, nos costumes e nas mentalidades das formações sociais contemporâneas. Do ponto de vistas econômico, chamam à atenção as ruínas provocadas pelos combates, a destruição das riquezas e o colapso dos sistemas produtivos, notadamente nos países ocupados ou naqueles que foram teatro de operações militares. [...].

(RODRIGUES, Luiz Cesar B. *A Primeira Guerra Mundial*. 17 ed. São Paulo: Atual Editora, 1994. p. 79-80)

A Primeira Guerra Mundial, embora não desperte tanto o interesse dos historiadores e público em geral como a Segunda Grande Guerra, foi um conflito que envolveu países dos cinco continentes e deixou cerca de 10 milhões de mortos, 20 milhões de feridos, além de

- a) promover o crescimento da indústria armamentista, insignificante até esse acontecimento, elevando a importância continental desse setor econômico.
- b) favorecer o revigoramento de sentimentos nacionalistas, que serviram de fundamentos para o surgimento dos regimes totalitários de viés extremistas no pós-guerra.
- c) produzir o endividamento de vários países da Europa e o endividamento dos Estados Unidos, refletindo-se na quebra da bolsa de valores de New York, em 1929.
- d) superação dos ressentimentos racistas que favoreceram a manifestação de políticas de ódio presentes no contexto que precedeu a Primeira Guerra.
- e) levar à assinatura de tratados de paz, no final do confronto, que serviram para enterrar as rivalidades e pôr fim a antagonismos que deram origem ao conflito.

32.

Em setembro de 1914, em declarações citadas pela imprensa norte-americana, o biólogo alemão e filósofo Ernst Haeckel fez a primeira referência registrada ao conflito como “Primeira Guerra Mundial”, em sua previsão de que a luta que começava “se tornaria a primeira Guerra Mundial no sentido pleno da palavra”. O rótulo de “Primeira Guerra Mundial” só se tornaria corrente depois de 1939, quando a revista *Time* e uma série de outras publicações popularizaram seu uso como corolário da expressão “Segunda Guerra Mundial”.

(SONDHAUSS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2013, p.13)

Para o autor, a definição “Primeira Guerra Mundial” atribuída ao conflito ocorrido entre 1914 e 1918 é considerada a expressão

- a) de uma percepção do conflito e que levou em consideração seu caráter destrutivo, responsável por ceifar cerca de dez milhões de vidas humanas.
- b) da ênfase nas inovações produzidas pela tecnologia bélica, que contribuíram para um incremento da letalidade do conflito.
- c) do destaque concedido à variedade de atores envolvidos no conflito, os quais eram oriundos de diferentes continentes.



- d) de uma relação complementar entre a percepção sobre o passado das guerras até 1914 e a percepção elaborada com base na intensidade da Segunda Guerra Mundial.
- e) de uma compreensão associada às análises sobre a natureza do imperialismo, que definiu o conflito como desdobramento da intensa competição entre as potências capitalistas.

33.

Adam Smith tomou nota da proibição absoluta que a Grã-Bretanha tinha imposto às suas colônias da América do Norte de não construírem fornos para aço ou usinas de laminação; nem fabricarem artigos acabados de ferro e aço, mesmo para seu próprio consumo [...]. Consciente da injustiça de tais medidas, Smith condenou-as como “violação manifesta dos mais sagrados direitos da humanidade”.

(LANDES, David. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.345)

Adam Smith, ao considerar injustas as iniciativas da Grã-Bretanha no sentido de enquadrar a produção e circulação comercial de suas colônias na América,

- a) declarou, em nome dos ideais liberais, imediato apoio às mobilizações pela independência das treze colônias.
- b) publicou diversos opúsculos, em que enaltecia o potencial econômico das colônias inglesas e estimulava o livre investimento em seu setor produtivo.
- c) considerou as medidas restritivas não muito perniciosas, apesar de injustas, pois sendo a mão de obra cara nas colônias, a importação de manufaturados da Inglaterra seria mais vantajosa.
- d) criticou as estruturas de classes e gostos segmentados dos colonos, afirmando que tais aspectos dificultavam a circulação de produtos padronizados.
- e) evidenciou, pela denúncia da ineficiência dos mecanismos de fiscalização, o caráter insustentável das restrições impostas às treze colônias pela Grã-Bretanha.

34.

Vista popularmente como guerra contra todos os privilégios, a ideologia prática da Revolução Russa devia menos a Marx – cujas obras mal eram conhecidas pelas massas semianalfabetas – e mais aos costumes igualitários e anseios utópicos do campesinato. Muito antes de ser escrita por Marx, o povo russo vivera segundo a ideia de que o excesso de riqueza era imoral, que toda propriedade era roubo e que o trabalho manual era a única fonte verdadeira de valor.

(FIGES, Orlando. *Uma história cultural da Rússia*. Rio de Janeiro: Record, 2017, p.528)

O texto remete à origem popular do impulso revolucionário, presente na Rússia do início do século XX. Esse impulso

- a) foi decisivo para definir o caráter moderado das reformas políticas e institucionais, promovidas pela Revolução de fevereiro de 1917, as quais eliminaram o absolutismo e introduziram uma monarquia constitucional.
- b) contribuiu para a ascensão de lideranças camponesas do Partido Bolchevique, defensoras de uma divisão mais igualitária da propriedade rural. Esse fato deu à Revolução o seu caráter radicalmente contrário a projetos de coletivização da terra.
- c) permitiu aos bolcheviques explorar politicamente, e com sucesso, as aspirações de paz e justiça social presentes no imaginário popular e confundida com o ideal de guerra à riqueza privada.
- d) foi contido pelo sucesso da campanha militar da Rússia contra a Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, fato sucedido pela assinatura do Pacto Germano-Soviético de não agressão.
- e) foi politicamente canalizado e militarmente explorado, de forma mais eficiente, pelos mencheviques contra o regime czarista durante o “Governo Provisório” instaurado em outubro de 1917.



35.

Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos - a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la. [...]

(HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

O fragmento do livro de Eric Hobsbawm menciona a Grande Depressão que levou o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt a aplicar um plano econômico, com o objetivo de resgatar o crescimento do país e, simultaneamente,

- a) fortalecendo a política monetária, com a redução da emissão de moeda, baseada na tese de que o controle das reservas levaria a um encolhimento da inflação no país.
- b) promovendo a intervenção estatal na economia, direcionando o capital privado nacional para os setores secundário e terciário, resultando na geração de empregos.
- c) tendo como princípio básico a diminuição dos riscos para redução das incertezas econômicas, plano elaborado pelo americano Frank Knight, da Escola de Chicago.
- d) defendendo a intervenção do governo na economia, através de uma orientação dos gastos públicos para programas de obras públicas, com efeitos positivos sobre as taxas de desemprego.
- e) adotando medidas de combate a monopólios e oligopólios, bem como a imposição de uma lei antitruste aos sindicatos patronais, garantiriam a superação da crise e o início de um novo ciclo de crescimento.

36.

Por “religião” entende-se as manifestações do tipo do cristianismo e das outras grandes religiões redentoras; por “Estado” entende-se as organizações políticas do tipo do Estado-Nação moderno. Para compreender convenientemente as religiões políticas devemos, portanto, alargar o conceito do religioso de maneira a poder explicar não somente as religiões redentoras mas também as outras manifestações que percebemos como religiosas no desenvolvimento dos Estados; e, depois disso, deveremos examinar o conceito de Estado, a fim de saber se este não diz verdadeiramente respeito a mais nada senão às relações de organização mundanas e humanas, sem relação com o domínio do religioso.

(VOEGELIN, Erich. *As religiões políticas*. Lisboa: Vega Passagens, 2002, p.24)

A fusão entre a simbologia da linguagem religiosa e o poder de Estado, na história contemporânea, é identificada

- a) nas relações sociais erigidas sob a influência do liberalismo, que apresenta uma forte tendência à sacralização do indivíduo em detrimento da comunidade.
- b) na missão política atribuída pelo nazismo aos seus seguidores, fundada na crença de que a sociedade alemã representava uma comunidade centrada na superioridade racial.
- c) nos objetivos do comunismo, baseados na ideia de um destino que se manifesta em uma política de conciliação de classes e consequente realização da universalidade do ser humano.
- d) nas pretensões dos jihadistas islâmicos, para quem a paz e harmonia no mundo serão estabelecidas com a formulação de pontes de diálogo com as demais religiões monoteístas.
- e) na cosmovisão fascista, em que a crença na universalidade da natureza humana fortalece tendência à defesa de organismos supranacionais mediadores dos conflitos entre os povos.

37.



Fonte: <https://incrivehistoria.com.br/charges-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em 02/11/2019.

Articulando aspectos políticos da Segunda Guerra Mundial, os elementos contidos na imagem evidenciam,

- a) a derrota da Inglaterra diante dos avanços das tropas alemãs e italianas sobre o mundo europeu.
- b) a submissão da Corte Penal Internacional e da Liga das Nações à política militarista e expansionista do *Fuhrer* e do *Duce*.
- c) a exibição da força de Hitler, sendo apoiado por Mussolini e suas tropas, exercendo coação para que a França integrasse o Eixo Roma-Berlim-Rússia.
- d) a imposição feitas pelos líderes políticos da Alemanha e da Itália à Áustria, na assinatura do Tratado de *Anschluss*, que anexou este último País à Alemanha.
- e) o acordo de cessar-fogo e fim de hostilidades entre os governos da França e da Alemanha, estabelecendo as condições para ocupação do território francês pelas tropas alemãs.

38.

[...]. Nos momentos de crise e mudanças históricas profundas - instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo -, as elites intelectuais marcaram presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional. [...]. É a partir da década de 1930 que elas passaram sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. [...] (*adaptada*).

(VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. p.145-179. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.v.2. p. 147-148).

O Governo Vargas caracterizou-se pela forte presença de intelectuais em cargos e funções estratégicas, com objetivo de fomentar na população brasileira um sentimento e um comportamento comum ao fortalecimento da nação, observados

- a) na participação dos intelectuais que integraram o Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável por difundir a descentralização que caracterizou a política varguista, nos Estados membros da federação.
- b) no imaginário manifesto pelos intelectuais do período, segundo o qual, o Brasil era um país com forte sentimento nacionalista, aspecto que precisava ser explorado como elemento de unidade no projeto de construção do novo Estado.
- c) no espaço comumente ocupado por este setor da sociedade, que, por determinação governamental, ficou sumariamente restrito aos ambientes da propaganda política, saúde e educação.
- d) na ausência desse grupo às funções próprias do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão ligado diretamente ao presidente Vargas, em razão da natureza censora.
- e) nos ideais que sustentavam o projeto de Estado Varguista, que fomentava o surgimento de uma democracia antiliberal, capaz de fortalecer os interesses sociais e coletivos, em uma realidade geográfica, cultural e economicamente diversa.



39.

[...]. Ainda assim, por tudo isto e muito mais, a Guerra Fria podia ter sido pior – muito pior. Começou com uma volta do medo e terminou com um triunfo da esperança, trajetória incomum para grandes convulsões históricas. Podia perfeitamente ter sido de outra maneira, mas o mundo atravessou a segunda metade do século XX sem ver suas mais graves apreensões se concretizarem. Os binóculos de um futuro distante confirmaram isso, pois, se a Guerra Fria tivesse tomado um rumo diferente, talvez não sobrasse ninguém para olhar o passado com os binóculos. [...].

(GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.p. 258)

A Guerra Fria (1945 - 1991) marcou a divisão do mundo em dois blocos: um liderado pelos Estados Unidos e outro pela União soviética, gerando um conflito político-ideológico

- a) que resultou em alguns episódios de enfrentamento armado entre as principais forças rivais representantes desse fenômeno contemporâneo .
- b) com resultados internacionalmente pouco expressivos, pois os conflitos armados aconteceram de forma localizada , sem consequências significativas para os dois blocos.
- c) que tem bases na Doutrina Truman, que dividia o mundo nos blocos capitalista, identificado com os ideais democráticos, e comunista, caracterizado pela tirania soviética.
- d) que, entre tantos aspectos negativos, produziu uma política de desarmamento, que pode ser apontada como a medida de cautela para o não enfrentamento direto das duas superpotências.
- e) que buscou mediar, por meio de acordos diplomáticos, as divergências surgidas entre os países integrantes dos dois blocos, evitando-se, assim, confrontos diretos.

40.

[...] A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia soviética.

(HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.224).

Um olhar histórico sobre a experiência da Guerra Fria permite identificar que os Estados Unidos e a URSS adotaram um comportamento maniqueísta, manifesto em políticas como

- a) o Macarthismo, que denunciava suposta infiltração comunista e, nas cidades europeias, estimulava práticas de delações contra funcionários públicos, profissionais liberais e cientistas.
- b) a Doutrina Truman, que fornecia apoio ao cidadão norte-americano que se encontrava sob a ameaça do movimento Macarthista.
- c) a construção do Muro de Berlim, pela Alemanha Oriental, com objetivo de reduzir a influência do lado ocidental sobre os habitantes do lado oriental da cidade.
- d) o Plano Marshall, de finalidade interna, voltado para a recuperação econômica norte-americana no pós-guerra.
- e) a criação do Conselho de Assistência Mútua e Econômica (Comecon), para integração dos países do Leste Europeu, aberto à participação dos países capitalistas.

41.

Em um ensaio que escreveu na metade de 1949 intitulado “Sobre a ditadura democrática popular”, Mao Zedong explicou sucintamente as ideias que permeariam as orientações governamentais do novo Estado chinês. A experiência da revolução até então podia ser analisada dentro de duas categorias básicas, escreveu Mao. A primeira era a mobilização das massas da nação para construir uma “frente unida interna sob a liderança da classe trabalhadora.”

(SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.489)



A “frente unida” proposta por Mao, para a condução do processo revolucionário na China incorporava

- a) a alta burguesia nacionalista, operários e camponeses.
- b) os pequenos proprietários rurais (*kulaks*), a grande burguesia urbana e operários.
- c) a burguesia internacional, operários e camponeses.
- d) o campesinato, operários e burguesia nacional.
- e) os pequenos proprietários rurais (*kulaks*), grandes proprietários rurais e operários.

42.

O primeiro passo documentado para a escolha do sucessor de Médici foi dado pelo próprio presidente em janeiro de 1971 [...]. Reuniu-se com os colaboradores mais próximos na granja do Riacho Fundo, onde passava a maior parte dos dias livres, fugido da fornalha do Alvorada. Eram o general João Baptista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar, o professor João Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, e o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI.

(GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p. 185)

O processo e o contexto em que se deu a sucessão do presidente Emilio Garrastazu Médici ocorreram

- a) em um quadro histórico de grande repressão e robusto crescimento econômico Garrastazu Médici viria a ser sucedido por Ernesto Geisel, que deu início ao processo de abertura política.
- b) em uma realidade na qual tendo iniciado o processo de abertura política, Garrastazu Médici viria a ser sucedido por Ernesto Geisel, cuja oposição às medidas de distensão política levaria ao recrudescimento da repressão.
- c) em uma realidade na qual Ernesto Geisel sucederia Garrastazu Médici, implementando medidas voltadas para o crescimento econômico as quais dariam origem ao “milagre brasileiro”.
- d) em um movimento histórico no qual, com a sucessão de Garrastazu Médici por Ernesto Geisel, houve a imediata implementação do Ato Institucional número 5, que, dentre outras medidas, oficializou a censura no Brasil.
- e) em uma realidade na qual a sucessão de Garrastazu Médici por Ernesto Geisel, que ocuparia o último mandato presidencial do regime militar, deu início a um lento processo de abertura política que conduziria à redemocratização do país.

43.

Em *Seca Seculorum*, flagelo e mito na economia rural piauiense, Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges (1983), ao tratarem da intervenção produzida pelo Poder Público na zona “flagelada pela seca” afirmaram que:

Trata-se de uma intervenção bastante antiga e que se caracterizou pela insistência em determinadas práticas de efeitos sociais marcadamente negativos. Se não deteve os “efeitos da seca” passou a fazer parte integrante das condições objetivas em que essa emergia. Como saldo, essa intervenção não ofereceu exatamente uma redução nas proporções do fenômeno, mas, sim, sua perpetuação, mesmo que com roupagem levemente retocada.

(DOMINGOS NETO, Manuel e BORGES, Geraldo Almeida. *Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina, Fundação Cepró, 1983, p. 121)

Sobre a intervenção do Estado ante a seca no Nordeste/Piauí, os autores afirmam que

- a) as políticas do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) voltaram-se para questões relativas à sociedade e economia locais, afastando-se das causas naturais, em que propostas de enfrentamento do fenômeno teriam maior possibilidade de sucesso.
- b) a grande quantidade de açudes construídos no Piauí pelo DNOCS, até o final da década de 1960, evidencia que, nesse período, existia uma política governamental permanente e assentada em critérios estratégicos e definidos conforme as necessidades e características dessa região.
- c) a corrupção e uma variedade de dificuldades técnico-operacionais, apontadas nos relatórios governamentais sobre a implementação dos programas de combate à seca no Nordeste, foram, segundo os pesquisadores supracitados, utilizados como fundamentos sólidos para combater a “concepção hidráulica” de solução do fenômeno no Nordeste.



- d) a construção de açudes, cercas, aguadas, barreiros, bem como a realização de desmatamentos e a abertura e conservação de estradas no Nordeste, sempre estiveram relacionadas à criação das “frentes de serviço”, estratégia positiva de retenção da mão de obra nos contextos de crise, com benefícios sobretudo para a grande propriedade.
- e) no Piauí a intervenção do Estado na crise da “seca” contribuiu para permanência de uma população significativa da pequena e média propriedade, em face de medidas de implantação de assentamentos rurais que minimizaram os efeitos do intenso processo de concentração da posse da terra .

44.

Estudar democracia na América Latina implica falar primeiramente no estudo da transição democrática, que teve início na região ao final da década de 1970. A transição espanhola foi o protótipo desse processo de democratização defendida por muitos autores, como O'Donnell e Schmitter (1988). O modelo espanhol foi analisado como o melhor exemplo, o caminho mais adequado para construir um novo regime, orientando-se pela concertação. Nessa direção, em muitos países da América Latina, entre eles o Brasil, pactos foram selados entre líderes dos regimes autoritário e democrático nascente para que a transição fosse gradual.

(CAMPOS, Rosana Soares. Democracia procedimental: Apontamentos teóricos e a redemocratização da América Latina. In: *Contextualizaciones Latino Americana*, Ano 9, número 17, Júlio-dezembro, 2017 p.1-8) .

A história recente de países latino-americanos, como Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai, com trajetórias caracterizadas pelas desigualdades sociais e governos autoritários, estabelece para os cientistas sociais em geral o desafio de compreender os processos de redemocratização nesse continente, ocorridos com movimentos específicos, visto que

- a) na Argentina a derrota das Forças Armadas na Guerra das Malvinas (1982) teve reflexo na dimensão política, contribuindo para o fortalecimento do regime militar ainda por boa parte da década de 1990.
- b) A experiência brasileira é considerada um tipo de transição conservadora e conciliatória, sendo esta uma questão ainda em aberto após 30 anos da Lei de Anistia decretada no país.
- c) no Brasil, a transição transada do fim do governo civil-militar foi realizada pelo alto, resultado de acordos entre democratas e ditadores civis, fato possível porque a memória antiautoritária foi aprofundada pelos diferentes setores da sociedade.
- d) no Brasil e na Bolívia a Igreja Católica mostrou participação insignificante nas resistências sociais, e as principais organizações criadas durante a ditadura militar não conseguiram configurar-se como forças políticas no período de redemocratização.
- e) no Chile, a noção de “Democracia Protegida” permitiu que as instituições ligadas às forças armadas fossem reconhecidas como protetoras da nação, mas o triunfo do movimento do “não” no plebiscito de 1988 e a derrota de Pinochet revogaram os continuísmos ditatoriais.

45.

Oportunidades e fatalidades que se sucedem ao longo do ciclo vital das pessoas modelam suas biografias, e as situações em que ocorrem refletem-se nas configurações familiares, quando examinadas em um momento dado [...]. Do ponto de vista demográfico interagem, nesse caso, processos que resultam da “evolução dos níveis e padrões da fecundidade”, do “*quantum* do tempo da nupcialidade”, das separações e divórcios e dos recasamentos, das alterações das curvas de mortalidade e seus diferenciais por sexo e idade, e da intensidade dos deslocamentos espaciais da população.

(BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.186)

Os arranjos familiares no Brasil sempre foram marcados por grande dinamicidade. Entre os fatores que contribuem para a alteração da estrutura familiar, destaca-se

- a) o crescimento do índice de escolaridade entre as mulheres a partir da década de 70, bem como seu ingresso no mercado de trabalho, fato que contribui para o aumento de idade ao casar.
- b) o fato de os homens casarem-se com mulheres mais velhas, principalmente a partir dos anos 80, o que é uma constante universal, contribuindo assim para a redução do número de mulheres casadas em idade fértil.



- c) a redução da taxa bruta de nupcialidade legal a partir de fins dos anos 70, o que sugere uma reação social ao aprofundamento da crise econômica que sucedeu o milagre brasileiro, assim como uma readaptação dos arranjos familiares ao momento vivido.
- d) a redução do crescimento no número de casamentos não legalizados, no período posterior aos anos 80, fato que se aprofunda ainda mais com o advento do novo Código Civil de 2002, na medida em que este não reconhece a coabitação sem vínculos legais.
- e) o aumento no número de casamentos religiosos, mais comum entre os estratos mais pobres da população, em oposição à redução da coabitação sem vínculos legais, frequente entre os estratos mais ricos.

46.

Foi só com a proximidade do fim da escravidão e da própria monarquia que a questão racial passou para a agenda do dia. Até então, enquanto “propriedade”, o escravo era por definição “o não-cidadão”. No Brasil, é, portanto, com entrada das teorias raciais que as desigualdades sociais se transformam em matéria da natureza.

(SCHWARCZ, Lillian Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In.: SCHWARCZ, Lillian. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.186)

A discussão sobre a “questão racial” no Brasil, após abolição da escravidão, revestiu-se

- a) de uma releitura particular das teorias raciais, na medida em que a posição assumida por especialistas encaminhou-se para a restrição à imigração sob o argumento de preservação das características originais do povo brasileiro.
- b) de um simultâneo processo de absorção da ideia de que as raças significavam essências e da negação da noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração dos indivíduos constituintes da nação.
- c) de uma integração entre modelos evolucionistas, crentes na evolução da humanidade em etapas definidas, e um posicionamento de radical negação do darwinismo social, que negava um futuro na miscigenação racial.
- d) de um posicionamento hegemônico no qual se negou uma avaliação positiva do processo de miscigenação racial, ainda que para promover a defesa de um gradual processo de “branqueamento” da população.
- e) da crença de que o futuro brasileiro conduziria, inevitavelmente, a uma nação branca, além da definição dos grupos raciais pelo seu genótipo, o que possibilitava pensar cada indivíduo como pertencente a uma determinada coletividade racial.

47.

O corpo escravo se constitui assim como o horizonte fantasmático universal das relações sociais, como se o colonizador tivesse conseguido instaurar sua exploração do corpo da terra como metáfora última das relações sociais. E, de fato, o corpo escravo é onipresente. Os jornais nos falam regularmente da escravatura que ainda existe e que a polícia persegue. E há aquela que a polícia não persegue. Um mal-estar permanente nas classes privilegiadas, com relação às condições de indigência de uma grande parte da população, manifesta o sentimento de que algo, no vínculo empregatício, ainda participe ou possa participar da escravatura.

(CALLIGARIS, Contardo. *Hello, Brasil! – psicanálise da estranha civilização brasileira*. São Paulo: Três Estrelas, 2017)

O texto conduz o leitor a uma reflexão em torno

- a) da persistência da escravidão como instituição organizadora das relações sociais e, mais especificamente, das relações de trabalho no Brasil.
- b) da persistência da escravidão como elemento significante de valores que norteiam formas de relacionamento que se verificam, por exemplo, no mundo do trabalho.
- c) do processo de superação da escravidão como modelo assumido pelas relações sociais em geral e pelas relações de trabalho em particular.
- d) da persistência da escravidão como modelo das relações de trabalho em geral, assim como importante significante de outras formas assumidas pelas relações sociais.
- e) do gradual processo de superação da escravidão nas relações de trabalho, assim como nas relações sociais de forma geral.



48.

A partir dos anos 1960, o movimento ambientalista cresceu baseado no conhecimento científico (da ecologia, saúde pública, geociências e ciências atmosféricas) e em uma reverência romântica pela natureza [...]. A partir dos anos 1970, a corrente principal do movimento ambientalista aferrou-se a uma ideologia quase religiosa, o verdismo, que pode ser encontrada nos manifestos de ativistas tão diversos como Al Gore, o Unabomber e o papa Francisco.

(PINKER, Steven. *O novo iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

O “verdismo”, mencionado pelo autor e hoje considerado um dos principais movimentos de tendência globalista na nova ordem mundial, consiste em uma proposta de ativismo ambiental contemporâneo em que

- atribui-se à terra a personalidade de uma mulher, violada pelos falsos deuses da ciência, da tecnologia e do progresso.
- valoriza-se, sobretudo, o ser humano que, com sua racionalidade, revela-se capaz de salvar o planeta de um colapso ambiental.
- celebram-se os resultados da industrialização para a humanidade, por permitir alimentar milhões de pessoas e duplicar a expectativa de vida.
- defende-se a premissa de que o custo de bem-estar humano, em termos de dano ambiental, pode ser renegociado pela tecnologia.
- compreende-se e se aceita que algum grau de poluição representa uma consequência inescapável do progresso humano.

49.

O trecho da reportagem a seguir é sobre o economista francês Thomas Piketty, autor do best-seller *O capital no século XXI*. A reportagem tem como título “Como Desatar o nó da desigualdade”.

“[...] no Brasil a maior parte dos impostos incide sobre o consumo, e não sobre a renda ou o patrimônio. Como as pessoas com menos renda tendem a gastar a maior parte de seus recursos com consumo, a tributação fica mais pesada para quem ganha menos. [...]. O diagnóstico de Piketty sobre o atraso do Brasil em seguir um modelo de tributação mais redistributivo aponta ‘limitações doutrinárias e ideológicas’, mas também a ‘ausência de uma maioria parlamentar adequada’: ‘No Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos, é impossível reduzir as desigualdades tanto quanto seria desejável sem transformar igualmente o regime político, institucional e eleitoral’, escreve o economista. [...] Segundo Piketty, em 2018, a parte que os 10% mais ricos abocanhavam da renda total atingia 54% no Brasil, 65% na África Subsaariana e 64% no Oriente Médio. [...].

Fonte: Revista *ÉPOCA*. 07/10/2019. p. 56-61.

A reflexão do economista Thomas Piketty permite compreender que

- o Brasil não tem como seguir o ritmo das economias da Europa e dos Estados Unidos, pois, ao contrário dos sistemas tributários desses países, adota um modelo desigual de tributação cujo peso recai principalmente sobre a população mais carente.
- o Brasil deveria adotar o sistema de tributação sobre as grandes fortunas, para depois implantar o modelo fiscal já em evidência na Europa e nos Estados Unidos, afim de minimizar o peso dos tributos sobre atividade produtiva.
- os regimes político e eleitoral brasileiros são diferentes dos modelos europeu e norte-americano, o que constitui um obstáculo à implantação de um projeto igualitário de desenvolvimento social, bem-sucedidos naquelas experiências.
- para desatar o nó da desigualdade no Brasil, deve-se taxar o consumo com impostos mais elevados, gerando receitas que possam ser investidas na eliminação dos problemas que causam as desigualdades socioeconômicas.
- no Brasil, na Europa e Estados Unidos a política econômica deveria modificar a tributação, concentrando-a sobre a renda e patrimônio, para assim reduzir as desigualdades sociais.



50.

Com quatro décadas de história, o atualmente nomeado Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, localizado na região Sudeste de Teresina, tornou-se centro da vida socioeconômica de um verdadeiro conglomerado de bairros que orbitam ao seu entorno, numa região que responde hoje por uma população aproximada de 200 mil habitantes.

(FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva e Marcelo de SOUSA NETO, Marcelo. *Nasce um bairro, renasce a esperança: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcorverde*. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 31)

O Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, anunciado oficialmente para Teresina em 1976, no projeto “Conjunto Itararé”, é parte da então política urbana piauiense, que objetivava resolver o problema do déficit habitacional

- a) decorrente do acirramento do processo de urbanização teresinense, que, na década de 1970 caracterizou o crescimento desordenado da população urbana dessa capital, diferente do fenômeno demográfico que ocorria na maioria das grandes cidades do país.
- b) que integrou as políticas habitacionais de parcerias governo federal - estados-membros, com finalidade de resolver problemas sociais decorrentes do agravamento da questão urbana em Teresina, nas décadas de 1960/70.
- c) porém a implantação do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde não conseguiu, inicialmente, gerar, especialmente na população feminina, sentimento de identidade, por não conseguir encontrar na região a segurança necessária ao convívio com seus familiares.
- d) e, ainda, de políticas públicas do governo civil-militar do período, que aproveitou a conjuntura internacional favorável e a crise urbana nacional para desestimular o crescimento da indústria de base, investindo na construção de grandes obras.
- e) ao integrar as ações governamentais de estímulo ao crescimento e ao embelezamento da cidade de Teresina na década de 1970, inaugurado durante o primeiro governo de Alberto Silva, e com o prefeito municipal Joel Ribeiro.